UFSM

InterAção

ISSN 2357-7975
ACESSO ABERTO

IA., Santa Maria, v. 17, n. 3, e98710, p. 1-19, 2026 • https://dx.doi.org/10.5902/2357797598710
Submissão: 07/09/2026 • Aprovação: 14/09/2026 • Publicação: 02/10/2026

Artigos Dossiê

Da tecnologia à capacidade: AUKUS, adaptação militar e governança em defesa na Austrália

From technology to capability: AUKUS and defence governance in Australia

Marcelo Carvalho Ribeiro[I]

[I]Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Resumo

O artigo analisa o AUKUS como estudo de caso da relação entre guerra, tecnologia e governança em defesa. A pergunta central é como a Austrália procura transformar acesso a tecnologias militares avançadas em capacidade estratégica. Sustenta-se que o AUKUS deve ser entendido como transformação militar-industrial de longo prazo, e não como simples programa de submarinos. O argumento articula McNeill, Krause, Kadercan e Tilly com referências de governança em defesa e documentação oficial australiana atualizada até 2026. A análise mostra que o êxito australiano dependerá da coordenação entre estratégia, base industrial, orçamento, pessoal qualificado, alianças, adaptação institucional e mecanismos de accountability. Embora a Austrália não integre o Sul Global, o caso funciona como contraponto analítico para Estados que buscam ampliar autonomia tecnológica sem autarquia, ao explicitar requisitos institucionais e dependências associados à conversão de acesso tecnológico em capacidade militar.

Palavras-chave: AUKUS; Austrália; Governança em defesa; Adaptação militar; Autonomia tecnológica

Abstract

This article analyzes AUKUS as a case study of the relationship between war, technology, and defence governance. It asks how Australia seeks to transform access to advanced military technologies into strategic capability. The argument is that AUKUS should be understood as a long-term military-industrial transformation rather than a mere submarine program. The analysis connects McNeill, Krause, Kadercan, and Tilly with defence-governance scholarship and Australian official documents updated through 2026. It shows that Australian success will depend on coordinating strategy, industrial capacity, budget, skilled personnel, alliances, institutional adaptation, and accountability mechanisms. Although Australia is not part of the Global South, the case provides a useful analytical contrast for states seeking greater technological autonomy without autarky, because it highlights the institutional requirements and dependencies involved in converting technological access into military capability.

Keywords: AUKUS; Australia; Defence governance; Military adaptation; Technological autonomy

Artigo publicado por InterAção sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0.

1 INTRODUÇÃO

A guerra contemporânea recolocou a tecnologia no centro da política de defesa. Submarinos de propulsão nuclear, sistemas autônomos, inteligência artificial, guerra cibernética e sensores distribuídos mudam o modo como Estados pensam dissuasão, alcance e sobrevivência. Ainda assim, tecnologia não se converte sozinha em poder militar. Entre a aquisição de um sistema avançado e sua transformação em capacidade existe um caminho institucional exigente. Ele passa por doutrina, orçamento, formação de pessoal, manutenção, infraestrutura e controle político.

O caso australiano oferece um objeto adequado para esse debate. A Austrália é uma potência média, situada em um Indo-Pacífico mais competitivo, com forte dependência de alianças e ambição de ampliar sua margem de decisão estratégica. O AUKUS, parceria estratégica trilateral entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, tornou-se o símbolo mais evidente dessa mudança. O acordo costuma ser lembrado pelos submarinos de propulsão nuclear convencionalmente armados. Essa leitura é correta, mas incompleta: o programa também envolve base industrial, regulação nuclear, pessoal especializado, infraestrutura naval e capacidades avançadas em autonomia, inteligência artificial, ciber, guerra eletrônica, quântica, hipersônicos e guerra submarina (AUSTRALIA, 2026d).

A pergunta que orienta o artigo é direta: como a Austrália, por meio do AUKUS, procura transformar acesso a tecnologias militares avançadas em capacidade estratégica, e quais problemas de governança aparecem nesse processo? A hipótese é que o AUKUS não representa apenas modernização tecnológica. Ele reorganiza relações entre Estado, Forças Armadas, indústria, universidades, aliados e órgãos de controle. Seu resultado dependerá menos da sofisticação dos equipamentos, considerada isoladamente, e mais da capacidade australiana de governar sua incorporação ao poder militar.

A análise utiliza abordagem qualitativa, com estudo de caso e pesquisa documental. O caso australiano é tratado como exemplo de potência média que

busca soberania seletiva em defesa. Essa expressão indica uma forma limitada de autonomia: o país não pretende produzir tudo, mas procura dominar pontos sensíveis da cadeia de capacidades. O artigo mobiliza quatro autores centrais. McNeill ajuda a compreender a relação histórica entre guerra, indústria e Estado. Krause permite situar a Austrália no sistema internacional de produção e transferência de armamentos. Kadercan orienta a discussão sobre adaptação militar. Tilly sustenta a reflexão sobre coerção, democracia e prestação de contas. A documentação oficial australiana é utilizada para reconstruir o desenho estratégico, industrial e institucional do AUKUS e de sua inserção na política de defesa.

A escolha do caso requer uma delimitação. A Austrália não integra o Sul Global e o artigo não a apresenta como modelo transferível. Seu interesse comparativo está em mostrar como uma potência média, com base industrial seletiva e forte dependência de parceiros, procura organizar self-reliance, absorção tecnológica e governança de capacidades complexas. Essa chave permite extrair parâmetros e cautelas para o debate sobre autonomia tecnológica e governança em defesa em países do Sul Global, respeitadas as diferenças de recursos, alianças, inserção internacional e acesso a tecnologias sensíveis.

Declaração de uso de IA generativa: o ChatGPT, da OpenAI, foi utilizado como ferramenta auxiliar de revisão linguística, organização textual e adequação editorial. A seleção das fontes, a análise, os argumentos e a validação da versão final permanecem sob responsabilidade do autor.

O artigo está dividido em cinco partes, além desta introdução. A primeira apresenta o referencial teórico. A segunda situa a Austrália no sistema de armamentos e no Indo-Pacífico. A terceira examina o AUKUS como programa tecnológico e industrial. A quarta discute a governança da inovação militar. A última seção analisa limites e vulnerabilidades do modelo australiano, antes das considerações finais.

2 GUERRA, TECNOLOGIA E PRODUÇÃO DE PODER MILITAR

A relação entre guerra e tecnologia não deve ser reduzida a uma sequência de invenções. Uma arma nova altera a guerra somente quando encontra instituições capazes de usá-la, mantê-la e financiá-la. Também precisa de doutrina, treinamento e comando. O ganho tecnológico depende da forma como o Estado organiza a força e mobiliza recursos sociais. Essa premissa conduz o argumento deste artigo.

McNeill (1982) ajuda a colocar o problema em perspectiva histórica. Para ele, a força armada se desenvolve em ligação estreita com mercados, administração pública e formas de organização social. A guerra não aparece como atividade isolada. Ela se alimenta de capacidades fiscais, redes produtivas e conhecimento técnico. Por isso, a inovação militar deve ser vista como processo social. Um armamento avançado exige uma sociedade capaz de sustentá-lo.

Essa leitura se ajusta ao século XXI. Um submarino de propulsão nuclear opera como sistema técnico e institucional. Ele demanda estaleiros, especialistas, segurança industrial, regulação, combustível, manutenção e planejamento de décadas. O mesmo vale para inteligência artificial e sistemas autônomos. Algoritmos exigem dados confiáveis, infraestrutura digital e processos de validação. A guerra tecnológica depende de uma base institucional que raramente aparece no debate público.

Em diálogo com Tilly (1996), a capacidade militar também pode ser lida como resultado da articulação entre coerção, capital e organização estatal. Embora o caso australiano seja contemporâneo e não trate da formação originária do Estado, o AUKUS recoloca esse problema: capacidades militares avançadas dependem de recursos fiscais, instituições públicas e estruturas produtivas capazes de sustentar a coerção organizada.

Krause (1992) acrescenta a dimensão internacional. Os Estados ocupam posições diferentes no sistema de produção e transferência de armamentos. Poucos dominam o ciclo completo de pesquisa, projeto, produção e atualização de sistemas complexos.

Muitos dependem de fornecedores externos. Entre esses polos estão as potências médias, que tentam ampliar autonomia sem romper com redes de dependência.

Nessa perspectiva, comprar tecnologia avançada não significa controlar a capacidade. Um país pode operar um sistema sofisticado e continuar dependente de peças, software, treinamento ou autorização política. A transferência de armamentos carrega influência. Ela cria laços de manutenção, atualização e doutrina. O fornecedor conserva peso sobre o ciclo de vida do sistema. A questão central passa a ser o grau de controle que o receptor consegue exercer sobre aquilo que adquire.

A Austrália se encaixa nesse ponto intermediário. Ela não busca autarquia tecnológica. Esse objetivo seria inviável para uma potência média diante da complexidade da defesa contemporânea. O que aparece como meta plausível é a soberania seletiva. O país procura identificar áreas nas quais precisa de capacidade interna para decidir, manter e adaptar meios críticos. Ao mesmo tempo, preserva sua inserção em cadeias aliadas.

Kadercan (2013/2014) desloca a discussão para a adaptação. Sua pergunta é por que alguns Estados absorvem inovações militares melhor que outros. A resposta não está apenas na disponibilidade da tecnologia. Ela depende de relações civis-militares, interesses corporativos e momento institucional. Forças Armadas podem resistir a reformas quando novas práticas ameaçam posições estabelecidas. A mudança militar exige coordenação política e aprendizagem organizacional.

Essa distinção é importante. Um Estado pode comprar um sistema moderno e continuar lutando de modo antigo. Pode adquirir plataformas digitais sem rever processos de comando. Pode anunciar inovação e manter estruturas de carreira pouco adaptadas à nova tecnologia. A inovação militar real ocorre quando a organização muda junto com o equipamento. No AUKUS, esse ponto é decisivo: a Austrália precisará alterar formação, manutenção, doutrina e cultura de segurança.

Tilly (2007) introduz outra questão. A defesa produz capacidades coercitivas, e essas capacidades precisam permanecer submetidas à política pública em regimes

democráticos. Programas militares de alto custo costumam operar sob sigilo. Essa proteção é legítima quando envolve vulnerabilidades técnicas ou informações operacionais. Mas o sigilo não pode eliminar controle civil. Democracias precisam explicar prioridades, custos e riscos em linguagem pública, ainda que parte dos detalhes permaneça reservada.

A partir desses autores, o AUKUS pode ser lido como problema de conversão. A Austrália acessa tecnologias sensíveis por meio de aliados, mas precisa transformá-las em capacidade própria. Isso envolve indústria, pessoal, orçamento e legitimidade. A tecnologia é o ponto de partida visível. O poder militar aparece quando o Estado consegue integrá-la a uma estratégia coerente e mantê-la sob controle político.

3 A AUSTRÁLIA NO SISTEMA INTERNACIONAL DE ARMAMENTOS E NO INDO-PACÍFICO

A Austrália ocupa posição peculiar no sistema internacional de defesa. Não é uma grande potência autônoma na produção de armamentos. Também não é simples compradora sem capacidade própria de decisão. Possui Forças Armadas profissionalizadas, indústria de defesa seletiva e longa integração com os Estados Unidos e o Reino Unido. Essa posição intermediária orienta sua política recente.

No sistema descrito por Krause (1992), a Austrália não pertence ao primeiro nível dos grandes produtores. Sua capacidade de acessar sistemas de ponta depende de alianças. A diferença está na forma como tenta administrar essa dependência. O país procura participar de cadeias produtivas, formar pessoal próprio e desenvolver capacidade de sustentação. Não pretende escapar da dependência aliada. Procura qualificá-la.

Esse movimento ganhou força com a piora do ambiente estratégico no Indo-Pacífico. A Austrália depende de rotas marítimas, comunicações oceânicas e estabilidade regional. Sua distância geográfica oferece profundidade, mas também impõe vulnerabilidades logísticas. A defesa do país envolve o norte australiano, os acessos marítimos e a capacidade de operar longe de seus centros industriais.

A Estratégia de Defesa Nacional de 2024 introduziu o conceito de National Defence e estabeleceu a Strategy of Denial como eixo do planejamento. A Estratégia de 2026 preservou esse fundamento e aprofundou a ênfase em self-reliance, resiliência industrial, preparação nacional e capacidade de sustentar poder militar mesmo quando o apoio de aliados possa ser limitado (AUSTRALIA, 2024a; AUSTRALIA, 2026a). Essa continuidade é importante: o AUKUS passa a ser enquadrado não apenas como aliança tecnológica, mas como instrumento de uma política mais ampla de capacidade e resiliência.

O Programa Integrado de Investimentos de 2026 acompanha essa direção. O documento prevê cerca de 425 bilhões de dólares australianos em investimentos ao longo da década e prioriza, entre outros pontos, guerra submarina, capacidades marítimas de maior letalidade, ataque de longo alcance, defesa aérea e antimíssil, sistemas autônomos e não tripulados, ciberdefesa e comunicações espaciais resilientes (AUSTRALIA, 2026b). O planejamento liga tecnologia à construção de uma força integrada e focada, com maior alcance e capacidade de operar em ambientes contestados.

A estratégia de negação exige capacidades específicas. Submarinos, mísseis, sensores, ciberdefesa e bases resilientes ganham peso. O objetivo é impor custos e incerteza a um adversário. A lógica é limitar liberdade de ação no ambiente marítimo, e não ocupar território alheio. Essa lógica favorece sistemas de longo alcance e tecnologias capazes de operar em espaços contestados.

A política industrial de defesa entra nesse quadro. A indústria não é mero setor de apoio: ela integra a capacidade militar. Em uma crise prolongada, munições, manutenção e reparo podem pesar tanto quanto a posse inicial de plataformas modernas. A Defence Industry Development Strategy de 2026 reforça a centralidade da base industrial soberana, da self-reliance, da aceleração de aquisições e da colaboração com empresas para entregar capacidade na velocidade e na escala exigidas pelo ambiente estratégico (AUSTRALIA, 2026c). O tema industrial, assim, deixa de ser econômico em sentido estreito e passa a ser estratégico.

A Austrália tenta construir soberania seletiva. Quer dispor em seu território de competências que reduzam dependências críticas. Isso inclui manutenção, infraestrutura, pessoal e certos segmentos de alta tecnologia. O país continuará ligado a fornecedores externos. A questão é evitar dependência cega em áreas que condicionam sua liberdade de decisão.

Essa opção também revela limites. A soberania seletiva só funciona se houver governança suficiente para escolher prioridades. Nem todo componente precisa ser nacionalizado, e nem toda tecnologia pode ser dominada localmente. O Estado deve decidir onde investir, o que aceitar como dependência e como proteger pontos sensíveis da cadeia. Essa decisão é política, técnica e orçamentária ao mesmo tempo.

A agenda de pesquisa sobre governança em defesa permite observar a utilidade do caso australiano por sua capacidade de conectar estratégia, capacidades e controle institucional. O Defence Annual Report descreve uma arquitetura de governança apoiada em direção estratégica, planejamento, accountability, assurance, gestão de riscos e reporte de desempenho (AUSTRALIA, 2025). Em 2026, a reforma Rebuilding Defence Capability reforçou accountability, governança, assurance e disciplina ao longo do ciclo de capacidades, em resposta a atrasos, crescimento de custos e desempenho insuficiente (AUSTRALIA, 2026e). O AUKUS coloca essa arquitetura sob teste.

A Austrália, então, deve ser vista como potência média em transição. Seu objetivo não é tornar-se autossuficiente: busca maior liberdade de ação dentro de uma rede aliada. O AUKUS surge como peça central desse movimento. Ele oferece acesso a tecnologias sensíveis, mas exige do país uma capacidade estatal mais densa para absorver, sustentar e legitimar essas tecnologias.

4 AUKUS: TECNOLOGIA, INDÚSTRIA E ESTRATÉGIA DE NEGAÇÃO

O AUKUS foi anunciado em 2021 como acordo de parceria estratégica trilateral entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos. Seu peso político deriva da tecnologia envolvida e do grau de confiança exigido entre os parceiros. O acordo não é uma

cooperação militar comum. Ele envolve compartilhamento de tecnologia sensível, integração industrial e adaptação da defesa australiana ao Indo-Pacífico.

O Pilar I do acordo trata da capacidade submarina. A Austrália deverá operar submarinos de propulsão nuclear convencionalmente armados. A distinção importa: o programa não prevê armas nucleares. A tecnologia nuclear está na propulsão, que oferece maior autonomia, discrição e permanência no mar. Para a estratégia australiana, isso amplia a capacidade de operar em grandes distâncias e sustentar dissuasão no ambiente marítimo.

O caminho previsto envolve etapas. Primeiro, a presença rotacional de submarinos norte-americanos e britânicos amplia a familiarização australiana com operações, manutenção e segurança. Depois, está prevista a aquisição de submarinos da classe Virginia dos Estados Unidos. Em fase posterior, Reino Unido e Austrália desenvolverão o SSN-AUKUS, com participação tecnológica norte-americana (AUSTRALIAN SUBMARINE AGENCY, 2024). Cada etapa prepara pessoal, infraestrutura e procedimentos de segurança.

O Pilar II amplia o escopo do acordo. Em 2026, as áreas prioritárias incluem quântica, ciber avançado, guerra eletrônica, guerra submarina, autonomia e inteligência artificial, além de hipersônicos e contra-hipersônicos. Em maio de 2026, os parceiros anunciaram o primeiro projeto emblemático do Pilar II, voltado a cargas úteis e sistemas habilitadores para veículos submarinos não tripulados, com entregas previstas a partir de 2027 (AUSTRALIA, 2026d). O movimento mostra uma passagem gradual da cooperação tecnológica para projetos orientados a objetivos operacionais próximos.

O vínculo com a estratégia de negação é claro: submarinos de propulsão nuclear oferecem alcance e furtividade. Sistemas autônomos podem ampliar vigilância e presença. Capacidades cibernéticas protegem redes e atacam vulnerabilidades adversárias. Sensores distribuídos aumentam consciência situacional. O efeito desejado é tornar mais difícil a ação de um adversário no entorno estratégico australiano.

A dimensão industrial é relevante: a Austrália não possuía uma indústria nuclear naval consolidada. Operar e sustentar esses submarinos exige estaleiros, técnicos, reguladores, engenheiros e padrões rigorosos de segurança. A Australia's AUKUS Submarine Industry Strategy aponta a necessidade de desenvolver capacidade soberana para entregar, operar e sustentar os futuros meios (AUSTRALIAN SUBMARINE AGENCY, 2025). O programa envolve a Marinha, mas ultrapassa a organização militar.

Essa característica aproxima o caso de McNeill: a tecnologia militar reorganiza relações entre Estado e sociedade. O AUKUS demanda universidades, empresas, órgãos reguladores e centros de formação. Também exige continuidade orçamentária. Um programa dessa escala compromete governos futuros e obriga o Estado a manter uma política de longo prazo. A plataforma militar passa a depender de uma base social capaz de apoiá-la.

Pela ótica de Krause, o AUKUS reposiciona a Austrália sem eliminar sua dependência. O país não passa a dominar sozinho a tecnologia nuclear naval. Também não controla integralmente softwares, sistemas de combate e propriedade intelectual. Ainda assim, deixa de ser apenas comprador. Busca tornar-se operador qualificado, parceiro industrial e mantenedor de parte das capacidades. Esse deslocamento é limitado, mas relevante.

A interoperabilidade também ganha novo peso: a Austrália já cooperava estreitamente com Estados Unidos e Reino Unido, e o AUKUS aprofunda esse laço. Interoperabilidade aqui não significa apenas equipamentos compatíveis. Envolve doutrina, comunicações, treinamento, padrões técnicos e segurança da informação. Esse ganho facilita operações combinadas, mas estreita a vinculação estratégica aos aliados.

Há uma ambivalência: o AUKUS amplia poder militar ao abrir portas tecnológicas que dificilmente estariam disponíveis por outro caminho. Ao mesmo tempo, prende parte do futuro da defesa australiana às decisões industriais e políticas de parceiros externos. A aliança é fonte de capacidade e também de dependência. O ponto analítico está em observar como a Austrália tenta administrar essa tensão.

A adaptação militar será exigente. Submarinos nucleares mudam treinamento, manutenção e cultura de segurança. Sistemas autônomos e inteligência artificial pressionam processos de decisão. Ciberdefesa e guerra eletrônica atravessam domínios tradicionais. A inovação só terá efeito se a organização militar aprender a operar com essas tecnologias de modo integrado. Kadercan ajuda a lembrar que comprar tecnologia não equivale a adaptar a força.

O AUKUS, desse modo, deve ser entendido como transformação, não como simples renovação material. Ele altera estrutura de força, política industrial, educação técnica, infraestrutura, regulação e relações civis-militares. Esse alcance explica por que a governança será determinante. Sem acompanhamento de riscos, controle de custos e responsabilidade decisória, a promessa tecnológica pode se afastar da capacidade real.

5 GOVERNANÇA DA INOVAÇÃO MILITAR: ADAPTAÇÃO, ASSURANCE E ACCOUNTABILITY

O AUKUS permite tratar a governança como parte da inovação militar. Governar a inovação significa criar condições para que uma tecnologia sensível passe de promessa a capacidade operacional. Isso exige decisão estratégica, controle de riscos, coordenação de atores e aprendizagem. A governança fica no centro da capacidade. Em programas de defesa complexos, a governança integra a própria capacidade.

Stoker (1998) ajuda a distinguir governança de governo. Governo remete à autoridade formal. Governança envolve processos de direção e coordenação. Chuter (2011), ao tratar do setor de defesa, reforça que governar a defesa não equivale a administrar internamente Forças Armadas. A defesa liga autoridade política, orçamento, planejamento, controle, inteligência, relações externas e prestação de contas. O AUKUS exige exatamente essa articulação.

A primeira exigência é direção estratégica: o Estado precisa dizer por que determinada tecnologia importa e como ela se encaixa na defesa nacional. No

caso australiano, o AUKUS responde à estratégia de negação. O submarino nuclear e as capacidades do Pilar II fazem sentido porque ampliam alcance, persistência e capacidade de operar em ambientes contestados. Sem esse vínculo, a tecnologia vira fim em si mesma.

A segunda exigência é governança de portfólio: recursos aplicados no AUKUS deixam de ir para outras áreas. Pessoal, prontidão, munições, meios de superfície, bases e defesa aérea também competem por orçamento. A decisão de priorizar submarinos e tecnologias emergentes deve ser acompanhada por avaliação do conjunto da força. A pergunta decisiva é se o programa se ajusta ao equilíbrio das capacidades australianas.

A terceira exigência é adaptação institucional: Kadercan mostra que a difusão do poder militar depende de instituições que aceitem mudar. O AUKUS obrigará a Austrália a construir rotinas de segurança nuclear, formar operadores, modificar aquisição de defesa e integrar tecnologias digitais. Essa adaptação não será automática. Ela exigirá incentivos, liderança e capacidade de resolver conflitos entre organizações.

As relações civis-militares entram nesse ponto. Huntington (2016) permite pensar a função militar profissional em relação às funções política e fiscal-administrativa. Feaver (2003) acrescenta o problema da delegação e da supervisão. Em programas tecnicamente densos, a assimetria de informação aumenta. O poder civil precisa da expertise militar, mas não pode abdicar da decisão. O controle deve ser informado, não ornamental.

A quarta exigência é capacidade industrial: o AUKUS depende de empresas, estaleiros, fornecedores, universidades e órgãos reguladores. A indústria passa a ser parte do poder militar. Sem manutenção, peças, técnicos e segurança de cadeia, a plataforma perde valor. A governança precisa ordenar contratos, padrões técnicos e responsabilidades. Também precisa impedir que promessas industriais substituam avaliação real de entrega.

A quinta exigência é gestão de riscos: o AUKUS carrega riscos tecnológicos, orçamentários, regulatórios e diplomáticos. Há possibilidade de atraso, aumento de custos, falta de pessoal, dependência de fornecedores e dificuldades de absorção tecnológica. Esses riscos não podem ser tratados como nota lateral. Eles devem entrar no centro da decisão. Programas longos fracassam muitas vezes por problemas previsíveis que não foram escalonados a tempo.

Nesse ponto aparece o assurance: o termo designa mecanismos que dão confiança razoável sobre processos, decisões e entregas. Em defesa, assurance combina auditoria, controles internos, avaliação de desempenho e revisão de programas. Sua função não é travar a decisão. É reduzir cegueira institucional. No AUKUS, essa lógica ajuda a acompanhar se os marcos administrativos estão gerando capacidade efetiva.

A experiência australiana de governança em defesa tem valor porque trabalha com direção estratégica, risco, auditoria, assurance e reporte de desempenho. O desenho formal combina legislação, estratégia, planejamento, comitês, controles e mecanismos de avaliação, enquanto a reforma de capacidades anunciada em 2026 busca tornar mais claras as responsabilidades por escolha, entrega e supervisão de projetos (AUSTRALIA, 2025; AUSTRALIA, 2026e). Para programas como o AUKUS, essa arquitetura pode reduzir dispersão decisória e tornar mais visível quem decide, com base em quais informações e diante de quais riscos.

A accountability democrática é outro ponto a ser considerado: o AUKUS compromete recursos públicos por décadas e altera a posição estratégica da Austrália. A sociedade não precisa conhecer detalhes operacionais sensíveis, mas precisa entender prioridades, custos agregados, riscos principais e lógica estratégica. A transparência sanitizada é uma saída prática: ela protege vulnerabilidades sem transformar sigilo em ausência de prestação de contas.

Tilly (2007) reforça essa preocupação: capacidades coercitivas precisam ficar subordinadas à política pública. Quanto mais técnica e sigilosa é uma área, maior o risco de autonomia excessiva dos especialistas. Auditorias, supervisão parlamentar

e relatórios agregados ajudam a reduzir essa distância. Controle democrático não é obstáculo à defesa. É condição para que programas de longo prazo preservem legitimidade.

Conran e Thelen (2016) ajudam a entender o AUKUS como mudança institucional gradual. O programa acrescenta rotinas, cria novas competências e altera usos de estruturas existentes. Essa mudança ocorre por camadas, não por ruptura única. A Austrália terá de adaptar normas, formar quadros e ajustar processos durante anos. A governança precisa acompanhar essa transformação sem imaginar que um desenho inicial resolverá todos os problemas.

A ideia principal desta seção é destacar que a guerra tecnológica é também disputa por capacidade institucional. Estados que acessam tecnologia avançada, mas não conseguem coordená-la, sustentá-la e prestar contas sobre ela, terão ganhos limitados. O AUKUS testa a capacidade australiana de transformar aliança tecnológica em poder militar administrável. Nesse teste, governança não é acessório, mas parte do resultado estratégico.

6 LIMITES E VULNERABILIDADES DO MODELO AUSTRALIANO

O AUKUS não deve ser tratado como solução sem custo. O programa amplia a ambição australiana, mas também expõe limites de uma potência média. Acesso tecnológico, integração aliada e governança robusta ajudam, mas não eliminam dependência, pressão orçamentária e risco político. Uma análise crítica precisa enfrentar esses pontos.

O primeiro limite é a dependência tecnológica. A Austrália terá acesso a tecnologias sensíveis por meio dos Estados Unidos e do Reino Unido. Esse acesso fortalece sua defesa, mas mantém vínculos difíceis de substituir. Peças, software, treinamento, atualizações e autorização política podem continuar concentrados nos parceiros. A dependência não desaparece. Ela se torna mais sofisticada.

O segundo limite é o tempo. A estratégia de negação responde a uma percepção

de urgência no Indo-Pacífico. Muitas capacidades do AUKUS, porém, só amadurecerão nas próximas décadas. Há uma diferença entre o ritmo da ameaça percebida e o ritmo de construção da capacidade. Esse descompasso pode gerar pressão política e frustração pública.

O terceiro limite está nos custos. Submarinos de propulsão nuclear exigem investimento inicial elevado e custo de sustentação prolongado. Infraestrutura, manutenção, segurança, modernização e pessoal pesam no ciclo de vida. O risco maior é desequilibrar prioridades, e comprometer o equilíbrio do portfólio de defesa. A estratégia de negação também precisa de munições, bases, sensores, logística e prontidão, e tudo isso envolve custo elevado.

O quarto limite é a força de trabalho. Tecnologias avançadas dependem de gente qualificada. A Austrália precisará formar engenheiros, técnicos, operadores, reguladores e especialistas em áreas digitais. Essa formação leva tempo e compete com o setor privado. Sem pessoal, o programa fica preso a cronogramas formais. A capacidade real demora a aparecer.

O quinto limite envolve a base industrial. Criar capacidade soberana de sustentação é mais difícil do que anunciar uma estratégia industrial. Fornecedores precisam cumprir padrões de segurança, qualidade e sigilo. Gargalos em cadeias norte-americanas ou britânicas podem afetar o calendário australiano. A soberania seletiva depende de competências concretas, não de formulações abstratas.

O sexto limite é a obsolescência. Programas longos correm o risco de entregar capacidades desenhadas para um ambiente que já mudou. Isso vale especialmente para sensores, software, guerra eletrônica e sistemas autônomos. A solução não é abandonar plataformas de longa duração. É criar mecanismos de atualização e revisão. Sem flexibilidade, o programa envelhece antes de cumprir plenamente sua função.

O sétimo limite é diplomático. A Austrália apresenta o AUKUS como instrumento de dissuasão e estabilidade. Outros atores regionais podem enxergar sinal de alinhamento militar mais duro. A propulsão nuclear, mesmo sem armas nucleares, gera

debates sobre precedentes e salvaguardas. Em segurança internacional, capacidades defensivas para um Estado podem parecer ameaçadoras a outro.

O oitavo limite é democrático. O AUKUS envolve sigilo e compromissos de longo prazo. Isso aumenta a assimetria entre governo, especialistas, Parlamento e sociedade. A proteção de informações sensíveis é necessária, mas não pode bloquear toda discussão sobre custos, prioridades e riscos. O controle civil precisa ser real. Caso contrário, a legitimidade do programa enfraquece.

Esses limites, contudo, não tornam o AUKUS inviável. Eles mostram que seu sucesso dependerá de governança contínua. O programa precisará administrar dependências, revisar prazos, controlar custos e preservar apoio político. A Austrália não enfrenta apenas uma disputa tecnológica, mas enfrenta o desafio de manter uma transformação institucional por décadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo examinou o AUKUS como estudo de caso sobre guerra, tecnologia e governança em defesa. A pergunta foi como a Austrália busca transformar acesso a tecnologias militares avançadas em capacidade estratégica. A resposta desenvolvida ao longo do texto é que o AUKUS deve ser lido como transformação militar-industrial de longo prazo. Os submarinos são a face mais visível do programa, mas não esgotam seu significado.

A análise mostrou que tecnologia não produz poder militar por conta própria. Sistemas avançados precisam ser absorvidos, integrados e sustentados. Também precisam de legitimidade política. A Austrália pode acessar tecnologias sensíveis graças à confiança de Estados Unidos e Reino Unido. O resultado, porém, dependerá de pessoal qualificado, infraestrutura, indústria, doutrina, orçamento e controle público.

McNeill permitiu relacionar guerra, indústria e Estado. Krause ajudou a situar a Austrália no sistema internacional de armamentos. Kadercan mostrou que acesso tecnológico não equivale a adaptação militar. Tilly recolocou a questão democrática.

Com esse conjunto, o AUKUS aparece como caso de conversão: uma potência média tenta transformar aliança tecnológica em capacidade própria, sem escapar inteiramente da dependência.

O caso também mostra que a guerra tecnológica amplia a importância das instituições. A vantagem não pertence apenas a quem possui equipamentos modernos. Pertence a quem consegue coordenar tecnologia, orçamento, indústria e decisão política por tempo suficiente para produzir efeito militar. Essa coordenação é difícil, cara e sujeita a contestação. O AUKUS expõe essa dificuldade com nitidez.

A principal conclusão é que governança deve ser tratada como parte da capacidade militar. Ela não substitui meios, treinamento ou indústria, mas aumenta a chance de que esses elementos funcionem em conjunto. No caso australiano, a promessa do AUKUS depende da capacidade de administrar riscos, controlar dependências e prestar contas em uma área marcada por sigilo. A superioridade tecnológica, no século XXI, será cada vez menos um problema de simples compra de equipamentos e cada vez mais um problema de Estado. Para países do Sul Global, o valor analítico do caso está menos em copiar o arranjo australiano do que em reconhecer os requisitos institucionais da absorção tecnológica e os limites que permanecem mesmo quando há acesso privilegiado a parceiros, financiamento e cadeias industriais avançadas.

REFERÊNCIAS

AUSTRALIA. Department of Defence. **2024 National Defence Strategy**. Canberra: Commonwealth of Australia, 2024a. Disponível em: https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/2024-national-defence-strategy-2024-integrated-investment-program. Acesso em: 7 set. 2026.

AUSTRALIA. Department of Defence. **2026 National Defence Strategy**. Canberra: Commonwealth of Australia, 2026a. Disponível em: https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/2026-national-defence-strategy-2026-integrated-investment-program. Acesso em: 7 set. 2026.

AUSTRALIA. Department of Defence. **2026 Integrated Investment Program**. Canberra: Commonwealth of Australia, 2026b. Disponível em: https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/2026-national-defence-strategy-2026-integrated-investment-program. Acesso em: 7 set. 2026.

AUSTRALIA. Department of Defence. **2026 Defence Industry Development Strategy**. Canberra: Commonwealth of Australia, 2026c. Disponível em: https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/2026-defence-industry-development-strategy. Acesso em: 7 set. 2026.

AUSTRALIA. Department of Defence. **AUKUS advanced capabilities**. Canberra: Department of Defence, 2026d. Disponível em: https://www.defence.gov.au/defence-activities/programs-initiatives/aukus-advanced-capabilities. Acesso em: 7 set. 2026.

AUSTRALIA. Department of Defence. **Rebuilding Defence Capability**. Canberra: Commonwealth of Australia, 2026e. Disponível em: https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/rebuilding-defence-capability. Acesso em: 7 set. 2026.

AUSTRALIA. Department of Defence. **Defence Annual Report 2024-25**. Canberra: Commonwealth of Australia, 2025. Disponível em: https://www.defence.gov.au/about/accessing-information/annual-reports. Acesso em: 7 set. 2026.

AUSTRALIAN SUBMARINE AGENCY. The **AUKUS nuclear-powered submarine pathway**. Canberra: Commonwealth of Australia, 2024. Disponível em: https://www.asa.gov.au/sites/default/files/documents/2024-10/00.%20Public%20Report.pdf. Acesso em: 7 set. 2026.

AUSTRALIAN SUBMARINE AGENCY. **Australia's AUKUS Submarine Industry Strategy**. Canberra: Commonwealth of Australia, 2025. Disponível em: https://www.asa.gov.au/business-industry/australias-aukus-submarine-industry-strategy. Acesso em: 7 set. 2026.

CHUTER, David. **Governing and Managing the Defence Sector**. Pretoria: Institute for Security Studies, 2011. Disponível em: https://issafrica.org/research/books-and-other-publications/governing-and-managing-the-defence-sector. Acesso em: 7 set. 2026.

CONRAN, James; THELEN, Kathleen. Institutional Change. *In*: FIORETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (ed.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 51-70.

FEAVER, Peter D. **Armed Servants**: agency, oversight, and civil-military relations. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

KADERCAN, Burak. Strong Armies, Slow Adaptation: civil-military relations and the diffusion of military power. **International Security**, Cambridge, MA, v. 38, n. 3, p. 117-152, Winter 2013/2014. DOI: 10.1162/ISEC_a_00146.

KRAUSE, Keith. **Arms and the State**: patterns of military production and trade. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MCNEILL, William H. **The Pursuit of Power**: technology, armed force, and society since A.D. 1000. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

STOKER, Gerry. **Governance as theory**: five propositions. International Social Science Journal, Paris, v. 50, n. 155, p. 17-28, 1998.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Autoria

1 Marcelo Carvalho Ribeiro

Bacharel em Direito, Mestre em Operações Militares, Doutor em Ciências Militares pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras; General de Brigada da reserva do Exército Brasileiro; Doutor em Ciências Militares; Mestrando em Relações Internacionais
https://orcid.org/0000-0002-5413-3015 • marcelo.ribeiro@acad.ufsm.br

Como citar este artigo

RIBEIRO, M. C. Da tecnologia à capacidade: AUKUS, adaptação militar e governança em defesa na Austrália. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 3, e98710, p. 1-19, 2026. DOI 10.5902/2357797598710. Disponível em: https://dx.doi.org/10.5902/2357797598710. Acesso em: dia mês abreviado. ano.